



Esta obra está licenciada
com uma Licença Creative
Commons Atribuição-Não
Comercial-Compartilha
Igual 4.0 Internacional.

Márcia Pereira Cunha

Pesquisadora associada do
Sophiapol (Université Paris-
Nanterre) e do Instituto de Estudos
Avançados da Universidade de
São Paulo (IEA/USP).
marcia.cunha@gmail.com

Nilton Ken Ota

Professor do Departamento de
Psicologia Social e do Trabalho
do Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo
- IP/USP.
nilton.ota@usp.br

Artigo recebido em:

03/10/2022

Artigo aprovado em:

31/10/2022

Artigo publicado em:

01/12/2022

Apresentação

A atualidade política da modulação autoritária do neoliberalismo exige nova e radical elaboração crítica. Este Dossiê abre espaço para essa elaboração, incorporando contribuições das mais diferentes áreas disciplinares e com ênfase em trajetórias investigativas de jovens pesquisadoras e pesquisadores. Ele também é resultado de processo de discussão e construção coletiva, vertebado pouco a pouco em situações e momentos distintos nos últimos anos, em especial a partir da estreita interlocução entre a Rede Interdisciplinar de Pesquisadores (USP) e o laboratório Sophiapol (Université Paris-Nanterre), à qual agora vem se somar a Revista Geografares.

Compreendido como racionalidade política, o neoliberalismo tem se mostrado temática central de um campo internacional de pesquisa, com linhagens teóricas variadas, fruto de sua consolidação ao longo dos últimos trinta anos, sobretudo na França, Grã-Bretanha e Itália. As consequências de sua tardia recepção no Brasil não são poucas. Apenas nos últimos anos essa perspectiva vem ganhando visibilidade acadêmica, ainda que a circulação da bibliografia internacional tenha se ampliado significativamente. Esse descompasso, que não seria deletério em si mesmo, impactou o horizonte de pesquisa sobre a aclimatação brasileira do neoliberalismo e as formas de problematizá-la. Se, por um lado, a partir de 2016 a acelerada radicalização política foi responsável por incitar o discurso crítico ao neoliberalismo, retirando-o de anos de recuo e silêncio, por outro lado, esse retorno, ao se apoiar em uma compreensão convencional que o associa sem mais ao “Estado mínimo”, não deixou de revelar grandes impasses. Uma cisão entre reflexão política e crítica teórica vem se aprofundando na mesma proporção da disseminação da circulação das novas interpretações sobre as mutações recentes da racionalidade neoliberal, dentre as quais, aquelas centradas no exame da crise estrutural das democracias representativas.

Reconhecer o autoritarismo como um dos traços constitutivos da última floração neoliberal nos impõe questões adicionais: não é ele, também, traço estrutural da sociedade brasileira? Traço que pertence aos outros presentes em nossa formação, no legado escravocrata, na desigualdade social sistêmica e em toda sorte de golpes que interrompem a consolidação das instituições

democráticas? Nossas Ciências Sociais não deixaram de trabalhar o lugar e o desenvolvimento dessas marcas ao longo da história. Contudo, a afirmação de que se trata de mera atualização de chagas fundadoras também merece ser colocada em perspectiva. Na periferia de um capitalismo sempre renovado, como se dá o embate entre um Estado, que violenta e silencia, e os cidadãos, que resistem e enfrentam esse ataque? Mais ainda. De que modo se dispor frente a um processo de dissolução das linhas que antes desenhavam a fisionomia da sociedade e suas contradições? Uma Europa apossada pela ascensão da extrema-direita seria o correlato anacrônico da gravitação periférica do mundo? Interrogações do tempo próximo, cujas respostas estão, é certo, a léguas da trivialidade dos debates apressados.

Sob um processo global de transformação econômica, social e política, o neoliberalismo estaria em vias de assumir nova e decisiva modulação em direção à cristalização de uma racionalidade cada vez mais estratégica, isto é, cada vez mais pautada pela figuração do conflito dualizado, limítrofe e de inspiração bélica. Eis aqui, então, a hipótese geral que estrutura a proposta do Dossiê e sobre a qual os textos, em sua multiplicidade empírica e com diferentes recursos metodológicos, projetaram suas análises e desenvolveram seus argumentos. A própria violência passa a operar como critério diferencial das práticas e discursos, como mediador generalizado das relações de poder, na superfície instável das pactuações políticas e na densa espessura das sedimentações sociais. Ao acompanhar diversos aspectos de sua morfologia, os textos que compõem o Dossiê não deixam de realizar, em conjunto, diagnóstico sobre o primado estratégico do neoliberalismo que, na leitura dada por Pierre Dardot, caracterizaria procedimentos de “instanciação do inimigo”, muito além da canônica oposição schmittiana “amigo/inimigo”. Em outras palavras, a “inimização” revelaria a matriz estratégica da atual modulação neoliberal, como aponta Christian Laval em sua análise da versão francesa da guerra cultural, o “wokismo”. Matriz estratégica, importante ressaltar, de uma metamorfose profunda do poder, que atravessa as fronteiras nacionais e pode ser detectada em realidades socioculturais a uma primeira vista, distantes. Nesse sentido, o artigo de Mariana Faiad Alves inscreve no diagnóstico coletivo a dicção da alteridade crítica ao nos apresentar sua análise do programa Missão Índia Limpa, lançado



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

em 2014, pelo primeiro ministro Narendra Modi, situando-o no legado dos embates que opuseram, na primeira metade do século XX, Gandhi e Ambedkar, liderança dalit nas lutas anticastas, pouco conhecida do público brasileiro.

Informado sobre a natureza transnacional do primado neoliberal das estratégias, o leitor terá mais instrumentos de análise para percorrer a dimensão local da inimização. Não à toa, ela assume o palco da cena urbana e seus atores que, hoje, não correspondem mais aos roteiros e marcações de outrora. É o que se desvela dos estudos de Ananda Endo, Laura Adami e Ana Luiza Gonçalves. Tática histórica consagrada pelos movimentos populares de moradia, a ocupação é atravessada por linhas de força que já não convergem mais para o mesmo horizonte político. Cada ocupação constitui espaço heterogêneo no qual experiências são engendradas e postas em circulação, afetadas e disseminadas nos circuitos sempre conflitivos da cidade. Se ainda faz sentido convocar a “economia moral” dos movimentos e coletivos populares, é porque a experiência não deixou de existir como referência política. Trata-se, no entanto, de compreendê-la à luz de sua atualidade histórica, o que não raro contraria convicções militantes cristalizadas. As autoras não recuam diante das questões e tampouco abdicam do impulso dado por seus respectivos engajamentos políticos, transferindo à sua presença no campo o valor de uma prática investigativa cravada nas dinâmicas estudadas. É todo um novo substrato epistemológico que assim se coloca à prova, detectável em outras dinâmicas normativas, como nos mostram Stela Da Dalt na “produtividade das estratégias” da história que culminou na concessão do complexo esportivo do Pacaembu para a iniciativa privada, no município de São Paulo, e Ricardo Jurca, em sua análise da expansão das clínicas médicas populares, na mesma cidade. Muito além da mera mudança de responsabilidade pela execução de serviços antes delegados ao poder público, Da Dalt e Jurca identificam lógicas estatais na trama normativa dos dispositivos de mercado. Temos nesse subconjunto de textos a figuração urbana das estratégias neoliberais, em uma dupla e articulada perspectiva, tanto governamental – na acepção do governo das condutas – quanto bélica e seus mecanismos de inimização.

O Dossiê conclui seu diagnóstico convocando os sujeitos

coletivos de três contextos específicos, o trabalho dos entregadores de plataforma, a produção cultural das periferias metropolitanas e a luta dos secundaristas paulistas em 2015-2016. Sem qualquer concessão a idealizações, os artigos de André Scerb, Silvio Rogério Santos e André Kohan problematizam as condições de possibilidade - materiais e simbólicas - do próprio discurso político em situações de forte incidência das estratégias neoliberais de subjetivação. Não existem atalhos, sabemos. Exame e interpretação das práticas e saberes de resistência exigem tratamento analítico cuidadoso da reflexividade inerente à racionalidade estratégica do neoliberalismo, sem o qual disposições e condutas críticas são substituídas, quase por inércia, pelas performances eloquentes da indignação administrada. É na sua contracorrente que os autores do Dossiê nos convidam a pensar, com todos os riscos. ●

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709